

PODE UM MENINO NEGRO SER UM INTELLECTUAL?

CAN A BLACK BOY BE AN INTELLECTUAL?

¿PUEDE UN CHICO NEGRO SER UN INTELLECTUAL?

 <https://doi.org/10.56238/arev8n3-095>

Data de submissão: 20/02/2026

Data de publicação: 20/03/2026

Thaís Mariê Camargo Sena

Mestranda

Instituição: Universidade Federal de São Paulo

E-mail: thaismcsena@gmail.com

RESUMO

Este artigo questiona a distância entre a ideia de um intelectual em seu conceito original e um menino negro, analisando o apagamento histórico das infâncias negras masculinas nos estudos do século 20 e no contexto brasileiro contemporâneo. Examina definições tradicionais do que significa ser um intelectual (Sirinelli, 2003; Gomes; Hansen, 2016), desigualdades laborais e de violência (IBGE, 2023; Sena; Jovino, 2021), e as representações masculinas a partir de diferentes produções feministas negras (hooks, 2022; Hudson-Weems, 2020). Destaca ainda a escassez de teses sobre "meninos negros" no Catálogo CAPES (2024) em comparação a "meninas negras", revelando sobreposições e má catalogação de dados. Conclui pela dupla exclusão – racial e infantil – demandando pesquisas e políticas para além da sobrevivência.

Palavras-chave: Meninos Negros. Intelectualidade. Infâncias Negras. Estudos de Gênero e Raça. Apagamento Acadêmico.

ABSTRACT

This article questions the distance between the idea of an intellectual in its original concept and a Black boy, analyzing the historical erasure of Black male childhoods in 20th-century studies and in the contemporary Brazilian context. It examines traditional definitions of what it means to be an intellectual (Sirinelli, 2003; Gomes; Hansen, 2016), labor and violence inequalities (IBGE, 2023; Sena; Jovino, 2021), and male representations from different Black feminist productions (hooks, 2022; Hudson-Weems, 2020). It also highlights the scarcity of theses on "Black boys" in the CAPES Catalog (2024) compared to "Black girls," revealing overlaps and poor data cataloging. It concludes with a double exclusion – racial and childhood – demanding research and policies that go beyond mere survival.

Keywords: Black Boys. Intellectualism. Black Childhoods. Gender and Race Studies. Academic Erasure.

RESUMEN

Este artículo cuestiona la distancia entre la idea de intelectual en su concepto original y la de niño negro, analizando la invisibilización histórica de las infancias masculinas negras en los estudios del siglo XX y en el contexto brasileño contemporáneo. Examina las definiciones tradicionales de lo que significa ser intelectual (Sirinelli, 2003; Gomes; Hansen, 2016), las desigualdades laborales y de violencia (IBGE, 2023; Sena; Jovino, 2021) y las representaciones masculinas en diversas

producciones feministas negras (hooks, 2022; Hudson-Weems, 2020). Asimismo, destaca la escasez de tesis sobre "niños negros" en el Catálogo CAPES (2024) en comparación con las de "niñas negras", revelando superposiciones y una deficiente catalogación de datos. Concluye con una doble exclusión —racial e infantil— que exige investigación y políticas que vayan más allá de la mera supervivencia.

Palabras clave: Niños Negros. Intelectualismo. Infancia Negra. Estudios de Género y Raza. Invisibilización Académica.

1 INTRODUÇÃO

Se os campos de estudos que se debruçam sobre pessoas negras como sujeitos e não meramente objetos de pesquisa (CARNEIRO, 2005) são recentes, é ainda mais atual a discussão acerca das especificidades de infâncias negras masculinas. Nesse sentido, a relação entre tais sujeitos e aqueles tidos como intelectuais na França do século 20 pode se dar em ao menos duas instâncias: no sentido de comparar a pouca preocupação com o tema ou com esses indivíduos, mas também no sentido de refletir se o termo “intelectual” poderia ser ou é aplicado às existências de meninos negros.

2 QUEM PODE SER UM INTELECTUAL?

Na obra “Os intelectuais”, Sirinelli (2003) traz luz sobre um campo de estudos até então pouco explorado. Em decorrência de outros acontecimentos históricos, mas também de um campo não tão caro à época, visto tratar-se do estudo da história do presente (CHAUVEAU; TÉTART, 1992), poucos olhares eram direcionados aos intelectuais.

A medida em que este campo ganhava notoriedade, questões não respondidas - porque até então nem sequer haviam sido formuladas - pairavam sobre os historiadores, como o nível de influência dos intelectuais na sociedade da qual - embora tenham sido a princípio definidos como seres isolados dela em alguma medida - faziam parte.

Ainda que o autor explicita uma preocupação com a definição do termo e a comparação entre diferentes épocas, em decorrência das mutações sociológicas (SIRINELLI, 2003, p. 243) e que autores e autoras como Gomes e Hansen (2016) complementem essa noção apontando as especificidades dessas denominações ao longo dos anos e até escolham trabalhar com a definição de “homens da produção de conhecimentos e comunicação de ideias, direta ou indiretamente vinculados à intervenção político social” (GOMES; HANSEN, 2016, p. 10) e até reconhecendo a existência de “guardiões da memória”, que, pelas autoras são definidos como guardiões

“encarnados em pessoas idosas ou em um membro da família que estabelece como seu objetivo ‘produzir’, de maneira mais ou menos informal, um arquivo de documentos ou de relatos sobre a história dessa família (GOMES; HANSEN, 2016, p. 9),

que, nas filosofias africanas são griôs ou “contadores de histórias responsáveis pela memória ancestral e pela manutenção, desta forma, dos laços de coesão do grupo” (LOPES; SIMAS, 2020, p. 96), ao jogar luz sobre este campo, que começa “pequeno”, mas que, com uma variação na acepção com a qual o termo “intelectual” é utilizado se torna muito maior, observamos originalmente características específicas destes indivíduos: são homens brancos, franceses e que pertencem à elite.

3 PODE ENTÃO UM MENINO NEGRO SER UM INTELLECTUAL?

Historicamente, há lugares muito específicos a serem ou terem sido preenchidos por meninos e homens negros: quando pensamos em generização do trabalho, por exemplo, é comum falarmos do trabalho doméstico como um trabalho majoritariamente negro e feminino, como resquício - se é que assim podemos chamá-lo - do período escravocrata e da mente escravocrata que continua presente na sociedade brasileira, visto que o serviço doméstico não é tão comum em outros países como aqui (Organização Internacional do Trabalho, 2018).

No entanto, há uma reflexão muito menor acerca da generização do trabalho no que diz respeito às condições laborais de jovens e homens negros: na Síntese de Indicadores Sociais (IBGE, 2023), na tabela 1.6 de indicadores de rendimento de trabalho das pessoas de 14 anos ou mais de idade, segundo sexo e cor ou raça - 2022, observamos que o rendimento médio real habitual do trabalho principal de homens negros e pardos é de R\$2.170,00 por mês, enquanto o mesmo índice para homens brancos é de R\$3.680,00, uma renda de mais de 50% de diferença. Ainda assim, é comum que nas discussões pautadas por gênero exclusivamente, nos refiramos à “homens” como categoria absoluta.

Imagem 1: Indicadores de rendimento do trabalho das pessoas de 14 anos ou mais de sexo e cor ou raça - Brasil – 2022

Sexo e cor ou raça	Rendimento médio real habitual do trabalho principal (R\$/mês)	Rendimento médio real habitual de todos os trabalhos (R\$/mês)	Rendimento-hora médio real habitual do trabalho principal (R\$/hora)
Total	2 582	2 659	15,9
Sexo			
Homem	2 838	2 920	16,7
Mulher	2 235	2 303	14,8
Cor ou raça (1)			
Branca	3 273	3 377	20,0
Preta ou parda	1 994	2 048	12,4
Sexo e cor ou raça (1)			
Homens brancos	3 680	3 793	21,5
Homens pretos ou pardos	2 170	2 230	12,8
Mulheres brancas	2 766	2 858	18,1
Mulheres pretas ou pardas	1 735	1 781	11,8

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2022 (acumulado de quintas visitas).

Notas: Rendimentos deflacionados para reais médios de 2022.

(1) Não são apresentados resultados para amarelos, indígenas e pessoas sem declaração de cor ou raça.

Fonte: IBGE, 2023

No entanto, vale ressaltar que, ao contrário do trabalho doméstico, que está relatado e discriminado por gênero e raça, mesmo a Síntese de Indicadores Sociais limita o acesso de dados à renda, não abrangendo, por exemplo, os tipos de trabalhos ocupados pelos diferentes grupos sociais. A falta de dados impede ações futuras e esse já é um caminho conhecido pelo movimento negro. Em

Necropolítica e as crianças negras, Sena e Jovino (2021, p. 101) apontam que, de acordo com dados de 2021 da UNICEF, “as mortes de meninos negros pela polícia correspondem a 77% até os 14 anos e a 69% entre 15 e 19 enquanto os dados a respeito de meninas negras estava ausente. Supomos que esses assassinatos sejam consideravelmente inferiores, já que há um histórico de violência policial destinada a jovens negros. No entanto, mesmo no Anuário Brasileiro de Segurança Pública (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022), que aponta um aumento na violência policial destinada a pessoas negras, não há distinção por gênero. Na obra de Sena e Jovino (2021), esta afirmação é feita a fim de causar reflexão a respeito da falta de possibilidade de ação já que o dado não está disponível, mas que isso não significa que essas mortes não aconteçam: prova disso era Ágatha Félix, de 8 anos, que foi assassinada com um tiro de fuzil a caminho de casa com a mãe. Já neste artigo a menção acontece com o intuito de reforçar que, da mesma forma em que em muitas situações não encontramos informações generificadas a respeito da população negra, também não conseguimos - ou, ao menos, pensamos de maneira limitada - sobre a possibilidade de mobilização por parte da sociedade civil e, consequentemente, na promoção de políticas públicas. Neste sentido, é como se as práticas destinadas a homens negros devessem ficar limitadas a uma prática do “não-morrer”, em oposição, por exemplo, às práticas de bem-viver, estabelecidas historicamente por povos ameríndios (COSTA, 2016, p. 14) e também pelo movimento feminista negro, não por responsabilidade deste último, mas por uma falta de pesquisas no campo de estudos de homens e masculinidades e relações sociais, como aponta o sociólogo Henrique Restier (NASCIMENTO, 2023).

Hudson-Weems vem afirmando ao longo dos anos que

a mulher Africana não vê o homem Africana como seu principal inimigo, como a feminista branca, que está travando uma batalha milenar com o seu parceiro por subjugar-la como sua propriedade. Os homens Africana nunca tiveram o mesmo poder institucionalizado para oprimir as mulheres Africana como os homens brancos tiveram para oprimir as mulheres brancas. (HUDSON-WEEMS, 2020, p. 45)

Vale enfatizar, ainda, que a autora parte de uma perspectiva afrocentrada, assim como Asante (2003, p. 2), em que entendem por africanas as pessoas que nasceram no continente, mas também aquelas que, em outras formas de categorizações são consideradas negras ou afro-descendentes. Embora estas sejam publicações de origem estadunidense, um dos perigos da falta de pesquisas acerca das especificidades de homens negros e, portanto, categorização universal de homem que também se aplica ao contexto brasileiro está exposto na tabela acima: se entendermos a desigualdade como uma questão ligada exclusivamente a gênero e classe, estamos necessariamente inferindo que a categoria “homem” ocupa uma posição social superior à categoria “mulher”, o que pode gerar desconfortos

sociais diversos, de um ressentimento descabido por parte de outros grupos sociais em relação a homens negros à políticas públicas (ou à falta delas) que não contemplem as especificidades e vulnerabilidades de homens negros, como têm apontado autores como Souza (2023).

Em obras de referência do movimento feminista negro, há uma série de considerações a respeito de suas diferenças em relação ao feminismo branco - comumente referido simplesmente como feminismo -, como “A gente é da hora”, de bell hooks (2022, p. 33), em que a autora afirma que “na cultura patriarcal, todos os homens aprendem um papel que restringe e confina. Quando raça e classe entram em cena junto com o patriarcado, os homens negros suportam as piores imposições da identidade patriarcal masculina de gênero”. Embora nesta mesma obra a autora contradiga a ideia comumente disseminada socialmente de que homens negros são pais ausentes ao sugerir que muitos meninos não queriam se tornar igual aos pais não porque eles não estavam presentes ou eram maus exemplos, mas porque estavam sendo humilhados trabalhando para o homem branco (HOOKS, 2022, p. 78) ou ainda que o estupro e a mutilação estavam para as mulheres negras como o linchamento e a mutilação estavam para os homens negros nos Estados Unidos (HOOKS, 2022, p. 140), há também outras passagens como a que a autora sugere que imaginemos um mundo em que “homens negros estivessem comprometidos coletivamente em criar amor e construir comunidade (HOOKS, 2022, p. 87) ou ainda em outras obras como o “Pensamento feminista negro”, em que Collins (2019, p. 167) afirma que “a negritude dos homens negros os penaliza. No entanto, por não serem mulheres, valorações de sua autoestima não dependem tanto de quão atraentes são no aspecto físico” sem fazer menção de dados que embasem essa afirmação ou ainda sem considerar homens negros como sujeitos na narrativa de suas próprias histórias.

Nesse sentido, Hudson-Weems argumenta ainda que

O feminismo é um termo conceituado e adotado pelas mulheres brancas, que envolve uma agenda projetada para atender às necessidades e demandas desse grupo em particular. Por essa razão, é bastante plausível que as mulheres brancas se identifiquem com o feminismo e o movimento feminista. Dito isso, permanece o fato de que colocar a história de todas as mulheres sob a história das mulheres brancas, dando a essas uma posição definitiva, é problemático (HUDSON-WEEMS, 2020, p. 41).

Não se trata de criticar ou colocar as afirmações feitas por autoras e pessoas atuantes do próprio movimento negro em cheque, mas é preciso que algumas perguntas passem a fazer parte de debates mais recentes: nas afirmações e elaborações feitas a respeito de vivências negras masculinas, houve o envolvimento de homens negros para a busca de dados? Há homens negros que se debruçam sobre os campos estudados? Quantas vezes, inclusive, presenciamos eventos em que houve o envolvimento de homens negros em pautas que fugissem de temas exclusivamente raciais ou de

violência? Ou da posição de terem que se colocar, mais uma vez, já que historicamente estes indivíduos, assim como mulheres negras, já são colocados numa posição de objetificação, na posição de “macho” cuja existência é resumida à opressão às mulheres?

Sirinelli (2003, p. 248) discorre sobre a importância das estruturas elementares da sociabilidade como forma de atar laços e de como, as revistas, por exemplo, “conferem uma estrutura ao campo intelectual” e podem representar “um lugar de fermentação intelectual e relação afetiva” (SIRINELLI, 2003, p. 249) para os que àquele ambiente pertencem e, portanto, exclusão para os que não estão nesses espaços. Em quais momentos você se deparou com situações em que homens negros fossem vistos como intelectuais?

“Vistos” no sentido passivo porque há registros de homens negros que enxerguem a si mesmos como intelectuais e provas de que essas interações aconteçam entre si. W. E. B. Du Bois, por exemplo, se atreve a misturar duas práticas há tempos feitas por homens brancos: o campo intelectual e sua religiosidade. Em “As almas do povo negro”, Du Bois inicia cada capítulo com um spiritual. No Brasil, Abdias do Nascimento é o primeiro autor negro a notadamente questionar o mito da democracia racial no Brasil disseminado mundialmente através da obra de Gilberto Freyre (2003) com “O genocídio do negro brasileiro” (NASCIMENTO, 2016). No entanto, a medida que saímos da esfera do campo intelectual negro masculino, tais afirmações vão se perdendo e, até no que está presente no imaginário brasileiro, passamos por longos debates sobre autores que devam ou não permanecer nos currículos escolares enquanto não chegamos em discussões sobre as vivências de autores como Machado de Assis e Lima Barreto, as especificidades de suas escritas, as experiências que as permeavam, os lugares por eles alcançados ou não através de seus trabalhos intelectuais. E, se essas já são questões de precariedade para este grupo, o que dizer acerca de meninos negros?

4 MENINOS NEGROS E (A FALTA) DE PESQUISA

Em entrevista à Folha de São Paulo, Souza (NASCIMENTO, 2023) afirma que “o homem negro tem os piores índices educacionais, de evasão escolar, de expectativa de vida, de violência”. Ao procurar pelos dados, no entanto, novamente nos deparamos com os índices separados por sexo e cor ou raça (IBGE, 2024), mas não há interseção entre eles, por isso sabemos, por exemplo, que, para os homens, a maior incidência no abandono aos estudos estava ligada à necessidade de trabalhar, bem como que há uma taxa 16,4% maior de estudantes brancos que estavam cursando o ensino superior em comparação a estudantes negros, mas não há qualquer menção a quantas dessas pessoas negras se identificavam como homens ou mulheres.

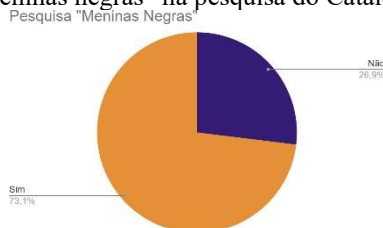
Imagem 2: Situação de ocupação e condição de estudo – Brasil



Fonte: Agência IBGE Notícias

A partir daí surge a ideia de buscar os dados acadêmicos produzidos a fim de pensar as infâncias de meninos negros. Para tal, foi feito o uso do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, visitado no dia 01 de agosto de 2024. A título de comparação, a primeira pesquisa feita dizia respeito ao termo “meninas negras”. Com o uso de aspas, foram identificadas 52 pesquisas. Destas, 73,1% continham o termo no título da dissertação ou tese como indica o gráfico abaixo:

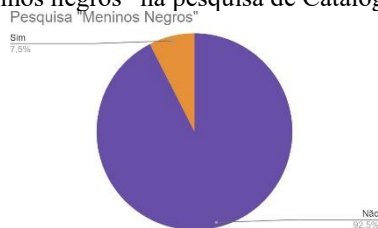
Imagem 3: percentual do termo “meninas negras” na pesquisa do Catálogo de Teses e Dissertações CAPES



Fonte: Autoria própria - anexo 1

Ao buscar pelo termo, também entre aspas, “meninos negros”, o resultado da pesquisa indica 53 teses ou dissertações. No entanto, como indica o gráfico, apenas 7,5% das pesquisas, número equivalente a 4 trabalhos, continham o termo “meninos negros” no título.

Imagem 4: percentual do termo “meninos negros” na pesquisa de Catálogos de Teses e Dissertações da CAPES

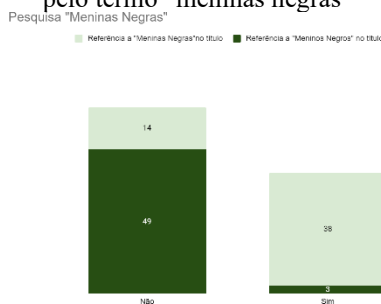


Fonte: Autoria própria - anexo 1

Uma pesquisa mais aprofundada indica ainda que, mesmo na busca por palavras-chave, os trabalhos indicados pelo resultado da pesquisa em sua maioria também não possuem o termo “meninos negros” entre as palavras-chave. No entanto, neste trabalho, vamos nos concentrar na ausência do termo nos títulos e na comparação com os dados indicados nos resultados de pesquisas do termo “meninas negras”.

Os resultados de ambas as pesquisas indicam um aumento - irrelevante, a princípio, de menos de 2% - no que diz respeito às pesquisas com os termos “meninas negras” (52 trabalhos) e “meninos negros” (53 trabalhos). No entanto, o que os gráficos abaixo apontam é que os dados são muito mais precisos em relação ao termo “meninas negras” do que “meninos negros” e mais: mesmo nos trabalhos resultantes do termo “meninos negros”, a presença do termo “meninas negras” se sobrepõe ao primeiro enquanto o mesmo não acontece no segundo caso:

Imagem 5: números de trabalhos que apresentam ou não os termos “meninas negras” e “meninos negros” ao pesquisar pelo termo “meninas negras”



Fonte: Autoria própria - anexo 1

Imagem 6: números de trabalhos que apresentam ou não os termos “meninas negras” e “meninos negros” ao pesquisar pelo termo “meninos negros”



Fonte: Autoria própria - anexo 1

Isso acontece também porque, ao analisar os dados em conjunto, como aponta o anexo 1, a diferença de 52 para 53 trabalhos entre uma pesquisa e outra se dá justamente porque ambas as pesquisas apresentam exatamente os mesmos dados, com exceção deste único trabalho de diferença, intitulado “O Papel da Colônia Orfanológica Isabel na Educação e na Definição dos Destinos de Meninos Negros, Brancos e Índios na Província de Pernambuco (1874-1889)”, um dos únicos a de fato mencionar o termo “meninos negros” no título.

É possível fazer uso de programas que busquem de maneira mais aprofundada e possivelmente mais assertiva por esses dados, no entanto, a escolha desta metodologia se deu por ser uma fonte de pesquisa acessível e para evidenciar não só a ausência de dados a respeito das existências negras masculinas, mas para indicar que, para além da ausência, há uma má administração na forma como os poucos dados disponíveis são armazenados. Um indivíduo que optar por trabalhar exclusivamente com o número de resultados pode levar seus leitores a entenderem que há uma maior produção científica a respeito de meninos do que de meninas negras. No início mesmo desta pesquisa, o objetivo era questionar se as pesquisas voltadas para este grupo estavam pensando nestes indivíduos enquanto sujeitos ou se eles representavam mais uma vez objetos para pensar existências outras. No entanto, nos deparamos com dados ainda mais alarmantes: o apagamento da ausência em si.

5 CONCLUSÃO

Se a intelectualidade é uma questão de qualidade humana (SIRINELLI, 2003, p. 241) e pessoas negras eram (e são) animalizadas por pessoas brancas (ou majoritariamente por conceitos criados por elas) - originalmente, correndo o risco de ser repetitiva, os donos do título de intelectual - e, ainda, se intelectuais são considerados “moles” (SIRINELLI, 2003, p. 235) e homens negros, mais especificamente, são considerados seres ligados ao trabalho manual e à força, o quão distante estaria um menino negro, que tem ainda a infância somada à esta equação, de forma a fazê-lo duplamente incapaz, de ser considerado um intelectual?

É complexa a construção que cerca um menino negro: estampa em si a marca de pertencer a um grupo infantilizado, ao mesmo tempo em que vive um estado - a infância - da qual não pode gozar plenamente, pois é precocemente tratado como um adulto, a ponto de ser considerado um menor e não uma criança (PRUDENTE; SOUZA, 2021).

No que diz respeito aos estudos acadêmicos ou ainda à políticas públicas que pensem em experiências de vida para além de um não-morrer, diferente da história dos intelectuais, que tanto caminhou depois dos anos 1970, as reflexões acerca das vivências de meninos negros se moveu muito pouco de lugar.

REFERÊNCIAS

ASANTE, Molefi Kete. Afrocentricity: the theory of social change. Chicago, Illinois: African American Images, 2003. 148 p.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. 2005. 339 f. Tese (Doutorado) - Curso de Filosofia da Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe. Questões para a história do presente. In: CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe (org.). Questões para a história do presente. Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1992. Cap. 1. p. 7-37.

COLLINS, Patricia Hill. Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019. 496 p.

COSTA, Alberto. O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos. 3. ed. São Paulo: Elefante, 2016. 258 p.

DU BOIS, W. E. B. . As almas do povo negro. São Paulo: Veneta, 2021. 295 p.

FREYRE, Gilberto. Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48. ed. São Paulo: Global Editora e Distribuidora Ltda., 2003. 375 p.

GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patricia Santos. Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. 488 p.

HOOKS, Bell. A gente é da hora: homens negros e masculinidade. São Paulo: Elefante, 2022. 266 p.

HUDSON-WEEMS, Clenora. Mulherismo Africana: recuperando a nós mesmos. São Paulo: Ananse, 2020. 240 p.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -. Síntese de Indicadores Sociais: tabelas. Tabelas. 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html>. Acesso em: 04 ago. 2024.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: uma em cada quatro mulheres de 15 a 29 anos não estudava e nem estava ocupada em 2023. Uma em cada quatro mulheres de 15 a 29 anos não estudava e nem estava ocupada em 2023. 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39531-uma-em-cada-quatro-mulheres-de-15-a-29-anos-nao-estudava-e-nem-estava-ocupada-em-2023>. Acesso em: 04 ago. 2024.

LOPES, Nei; SIMAS, Luiz Antonio. Filosofias africanas: uma introdução. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

NASCIMENTO, Abdias. O Genocídio do Negro Brasileiro: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Perspectivas, 2016.

NASCIMENTO, Nadine. Ministério da Igualdade Racial hostiliza homens negros, diz sociólogo. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/12/ministerio-da-igualdade-racial-hostiliza-homens-negros-diz-sociologo.shtml>. Acesso em: 04 ago. 2024.

PRUDENTE, Ana Vitória Luiz e Silva; SOUZA, Dra. Ellen de Lima. Preto não é criança, é menor! 2021. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/noticia/preto-nao-e-crianca-e-menor-por-ana-vitoria-prudente-e-ellen-de-lima-souza/>. Acesso em: 06 maio 2021.

PÚBLICA, Fórum Brasileiro de Segurança. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022. 2022. Ano 16 - 2022 ISSN 1983-7364. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=5>. Acesso em: 04 ago. 2024.

SENA, Thaís Mariê Camargo; JOVINO, Ione da Silva. Quem chora a morte de crianças negras? A sobreposição de raça na necropolítica. In: SOUZA, Ellen de Lima; ANJOS, Cleriston Izidro dos; CORREA, Núbia Cristina Sulz Lyra (org.). Necropolítica e as crianças negras: ensaios na pandemia. São Paulo: Dandara Editora, 2022. Cap. 13. p. 93-119.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). Por uma história política. 2. ed. Rio de Janeiro: Fgv, 2003. p. 231-269.

SOUZA, Henrique Restier da Costa. O homem negro viril: embates raciais e de gênero como um discurso sobre virilidade. Revista África e Africanidades, [S.I.], v. 46, n. , p. 110-121, maio 2023.

TRABALHO, Organização Internacional do. Convention No. 189 on domestic Workers ratified by Brazil. 2018. Disponível em: <https://www.ilo.org/resource/news/convention-no-189-domestic-workers-ratified-brazil>. Acesso em: 04 ago. 2024.